

QUAL É A FUNÇÃO EPISTÊMICA DA ARGUMENTAÇÃO? A ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA¹

WHAT IS THE EPISTEMIC FUNCTION OF ARGUMENTATION? THE EPISTEMOLOGICAL APPROACH

Rodrigo Freitas Costa Canal²

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar como o empreendimento denominado de Abordagem Epistemológica a Argumentação, procura responder à questão *qual é a função epistêmica da argumentação?* De modo a cumprir este objetivo, apresentaremos uma investigação, baseada em revisão bibliográfica, dos fundamentos filosóficos os quais se assentam e constituem uma teoria epistemológica do argumento. Começamos por introduzir a uma discussão da área e a uma discussão da problemática, sugerindo em que sentido pode ser entendida (seção 1). Na seção 2, fazemos alguns apontamentos sobre o que é, e também sobre como deve ser entendida, em geral, uma abordagem epistemológica; apresentamos um esboço de alguns tipos especiais de teorias epistemológicas desenvolvidas e de alguns tipos de critérios gerais pelos quais filósofos pensam ser (como deve funcionar) a boa argumentação, de um ponto de vista epistemológico. Discutimos algumas das razões pelas quais os defensores desta abordagem pensam que o seu tratamento da problemática seria melhor do que de outras alternativas, e como procuram defender uma AE: de um ponto de vista filosófico e empírico. Isso para dar uma ideia de que tem sido avançada tanto por filósofos quanto por parte de alguns psicólogos cognitivos, cujos os resultados de suas pesquisas têm auxiliado na substanciação deste empreendimento. No final deste trabalho, apresentamos algumas razões sobre que tipo de avanço este trabalho poderia ter realizado para a discussão sobre epistemologia da argumentação.

Palavras-chave: Epistemologia da Argumentação. Lógica Informal. Teoria da Argumentação. Abordagem Epistemológica a Argumentação. Função Epistêmica da Argumentação.

Abstract: This article aims to show how the project called Epistemological Approach to Argumentation, provides an answer to the question *what is the epistemic function of the argumentation?* In order to fulfill this goal, we will present an investigation of the philosophical foundations which are based and constitute an epistemological theory of argument, based on literature review. We begin by introducing a discussion about the area and a discussion of the problem, specifying in what sense this can be understood (section 1). In the section 2, we make some notes about what is, and also how it should be, in general, an Epistemological Approach; we present an outline of some special types of epistemological theories developed and some types of general criteria by which the philosophers think is the good argumentation, from an epistemological point of view. Finally, we discuss some of the reasons why advocates of

¹ O presente trabalho é fruto da execução de dois projetos de pesquisa: *Os fundamentos do pensamento crítico: o movimento do pensamento crítico e da lógica informal*, coordenado a partir de 2014 (FAFIL/IFCH/UFPA) e do projeto *O objetivo da Argumentação é epistêmico: um exame crítico e defesa da Abordagem Epistemológica* coordenado por este autor a partir de 2016, vinculado ao PGFIL/UFPR nível de doutoramento. Quero agradecer aos solícitos editores da Kínesis pelo seu trabalho e empenho, e também ao parecerista pelas observações pontuais e pela avaliação crítica deste trabalho, que ajudaram a melhorar muito o texto.

² Docente de Filosofia da FAFIL/UFPA; Doutorando em Filosofia pelo PGFIL/UFPR. E-mail: prof.rodrigocanal@gmail.com.

Epistemological Approach think their treatment of the problem is better than the other alternatives, and how to defend it: both a philosophical and an empirical point of view. This is to give an idea that besides being advanced by philosophers, the epistemological approach has also had contributions from some cognitive psychologists, whose results of their research have aided in substantiation of this enterprise (section 3). At the end of this work, we present some reasons about what kind of progress this work could be carried out for the discussion of epistemology of argument.

Keywords: Epistemology of Argumentation. Informal Logic. Argumentation Theory. Epistemological approach to argumentation. Epistemic function of Argumentation.

1 Considerações iniciais

1.1 Lógica Informal, Teoria da Argumentação e Epistemologia Aplicada

Um dos desenvolvimentos recentes da filosofia tem sido o interesse em aplicar os conceitos e o raciocínio filosófico a questões cotidianas contemporâneas. Tal foi (e tem sido) feito explicitamente quando a reflexão filosófica foi exercida sobre vários problemas morais, tais como o do aborto e da eutanásia, dos direitos dos animais, da pobreza e distribuição de renda, etc. O resultado disso foi a fundação de disciplinas aplicadas da filosofia que hoje conhecemos como Ética Aplicada e especialmente, subdisciplinas desta como a Ética profissional, a Ética informacional, etc. (BATTERSBY, 1989).

Pode-se dizer que o mesmo tem ocorrido no trabalho que tem sido feito em Lógica Informal (*Informal Logic*), Pensamento Crítico (*Critical Thinking*) e Teoria da Argumentação (*Argumentation Theory*) (abreviamos essas três expressões para LI/PC/TA), e muitos teóricos tem visto esses desenvolvimentos como uma contribuição para a fundação de uma Epistemologia Aplicada (EA, daqui para frente) (BATTERSBY, 1989).

O termo EA pode ser usado para se referir ao estudo filosófico que visa aplicar o raciocínio e os conceitos filosóficos epistemológicos, particularmente resultados da discussão do que se tem estabelecido na epistemologia normativa, para perguntas sobre o que podemos e devemos acreditar e como podemos e devemos fazer isso; usar os *insights* e buscar orientação dessa subárea da epistemologia para a nossa atividade cotidiana de

busca/investigação do conhecimento. Filósofos tem trabalhado para estabelecer e avaliar bons critérios para escolha e avaliação da força epistêmica de razões na justificação de crenças e de tomadas de decisões. Battersby (1989) foi um dos pioneiros a empreender esse projeto, e considera a EA uma preocupação filosófica genuína dado que, quando passamos a tentar aplicar nossa compreensão epistemológica a problemas práticos, tal atividade revela uma série de dificuldades epistemológicas, tais como: quando passamos a refletir sobre o problema do que sabemos e de como sabemos alguma coisa; ou em questões como quais são os elementos envolvidos no ato de conhecer? sabemos e/ou conhecemos de forma justificada proposições sobre o passado, o futuro, sobre o mundo externo, sobre outras mentes? Se sim como isso é possível ou como fazemos isso? Em *Critical Thinking as Applied Epistemology* (1989) Battersby procurou argumentar que o núcleo central das teorias desenvolvidas no campo do Pensamento Crítico (*Critical Thinking Movement*) deve ser visto (como é) de natureza epistemológica e não somente retórica e lógica: denominando esse estudo de EA, por se tratar esse projeto de desenvolver teorias e normas epistemológicas para descrever e regular (ou que regulam) nossa atividade cognitiva para justificação de crenças e de busca da verdade, bem como a atitude volitiva de tomada de decisões racionais.

2 O problema da função e do propósito da argumentação na LI/PC/TA

Um dos problemas disputado pelos teóricos da argumentação e lógicos é o problema filosófico da funcionalidade (da *função*) *padrão* e do *propósito* (ou *objetivo*) *padrão* da argumentação.

Tal problemática tem como pano de fundo ou base de sua interpretação a ideia de instrumentos (ou de uma *entidade funcional*). Um instrumento serve para um propósito, e atingimos esse propósito se o instrumento funciona corretamente. Um instrumento, além disso, deve ser entendido por meio de relações funcionais de *input* e *output*, e estes têm de ser designados de forma padrão. Dessa problemática geral se pode pensar que um teórico da argumentação e da AE tem de atacar a muitos outros problemas mais específicos, dos quais podemos explicitar os seguintes: qual é o instrumento que se usa num diálogo argumentativo; qual é a natureza do dialogo argumentativo de acordo com

esse instrumento; descrever o que é minimamente esse instrumento; como é que se o constrói e como podemos usá-lo adequadamente em termos de critérios, seja para sua construção formal adequada seja para um uso adequado do instrumento construído; designar quais padrões funcionais gerais tem esse instrumento; e quais são esses padrões funcionais em termos de *input* e *output*; designar a argumentação em geral de forma a que cumpra sempre esse padrão funcional, etc. (LUMER, 2005b).

É na análise dessa problemática geral, e nas teses assumidas, que se distinguem as abordagens no atual estado da LI/PC/TA: a assunção a qual cada abordagem se baseia e defende; ou ao tipo de posição que cada abordagem assume quanto a esse problema³.

Os teóricos da Abordagem Retórica (daqui em diante AR) se baseiam na assunção de que o objetivo principal ou a função padrão da argumentação é a *persuasão*, ou seja, o propósito de uma discussão argumentativa é persuadir uma pessoa a respeito da tese de um argumento. De acordo com Lumer (2005a), as teorias da argumentação desenvolvidas pela AR, o qual cita como caso paradigmático as de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e de Hamblin (1970), assumem que o resultado padrão o qual deve ser alcançado pela argumentação é fazer uma pessoa crer (persuadí-la), ou aumentar seu grau de confiabilidade na tese de um argumento.

De acordo com Lumer (2005a), a posição assumida pelos teóricos da Abordagem Consensulista, sendo seus defensores mais proeminentes filósofos como Van Eemeren e Grootendorst (2004), representantes da Pragma-Dialética, e Habermas (1984) com sua teoria do discurso, é a de que o objetivo principal ou a função padrão da argumentação é o consenso; ou a ideia de que a argumentação é o meio pelo qual os indivíduos conseguem, e o meio pelo qual devem, dirimir uma diferença de opinião para chegarem a compartilhar crenças uns com os outros.

³ Cabe aqui salientar um ponto sobre a questão *qual é a função epistêmica da argumentação?*, que também colocamos como uma parte título deste trabalho. Esta pergunta já traz em si uma tese ou perspectiva embutida, a saber, a de que a argumentação possui um determinado tipo de função: epistêmica. Como veremos mais adiante, mas que aqui já adiantamos ao leitor, essa questão tal como está formulada, bem como a resposta que tem sido dado tal como a exploraremos aqui, apenas faz sentido no interior de uma AE ou de uma teoria da argumentação de cunho epistemológico. A questão não é disputada pelos teóricos da AE, todos tem um consenso geral de que essa é a função correta padrão da argumentação em geral, embora concedam que há na argumentação outras funções, mas estas não designariam a função padrão de um argumento.

3 A natureza de uma AE a argumentação⁴

3.1 Características centrais e gerais de uma AE

A AE tem sido avançada por inúmeros teóricos, tanto no tratamento do fenômeno do pensamento crítico quanto da argumentação, filósofos tais como Battersby (1989), Lumer (2005a, 2005b, 1990, 1991), Siegel (1999, 1987), Biro (2009); Biro e Siegel (2006a, 2006b, 1991); Siegel e Biro (2008, 1997, 2010); Goldman (2003, 1997, 1994, 1986, 2007); Pinto (2001); Weinstein (1994, 1990); Feldman (2005, 1994), Freeman (2005, 1995). Os teóricos consideram ser o objetivo principal, a função, o resultado padrão da argumentação a *verdade*, a *crença justificada* ou o *conhecimento* no sentido epistemológico (LUMER, 2005a, 2005b).

De forma a abarcar todas as expressões chaves usadas por esses filósofos, descrevemos abaixo alguns dos termos gerais e centrais que costumam usar e o qual ponderam ser o objetivo/resultado da argumentação de um ponto de vista epistemológico. Segundo esses filósofos, *a priori*, ao término de um diálogo argumentativo, e do processo de pensar criticamente, as pessoas envolvidas nessa atividade obteriam como resultados:

- 1) “o conhecimento ou a crença justificada no sentido epistemológico”;
- 2) “a persuasão racional”;
- 3) “o melhoramento do grau de confiança razoável da verdade de uma conclusão apresentada por uma pessoa”;
- 4) “o fornecimento de boas razões para que se possa acreditar em uma conclusão ou tese”;
- 5) ou mesmo, por fim, “quando mostramos a uma outra pessoa que temos uma boa razão para acreditar em, ou fazer, algo” (LUMER, 2005a, 2005b; VAN EEMEREN, 2014; BATTERSBY, 1989, *tradução livre*).

⁴ Avisamos ao leitor que iremos usar os termos abordagem epistemológica e teoria epistemológica do argumento (TEA) com a mesma conotação e como um termo técnico geral.

3.2 Mas afinal qual seria a função epistêmica da argumentação?

Teóricos da AE tem proposto que um argumento deve ser entendido como um instrumento e um objeto abstrato, e que o tratamento de um objeto abstrato como esse se daria por meio da análise de suas relações funcionais padrões, isto é, entender como deve ser projetado (o design de) um argumento em termos de relações funcionais de *input* e *output*. Se um argumento cumprir sua função padrão pode-se dizer que está funcionando (*functioning* ou *in working order*), que é um instrumento que funciona corretamente. O funcionamento correto dos argumentos (*the functioning of arguments*) é dito através de uma expressão específica: “argumentos [argumentativamente] válidos” (“*argument is (argumentatively) valid*”) (LUMER, 2005a, 2005b). Este termo não deve ser entendido apenas no sentido lógico como entendemos a noção de *validade lógica*, significando antes e também que o argumento deve de ser usado de forma apropriada, com os *input* e *output* apropriados, para ser um “argumento (argumentativamente) válido”. Desta forma, há critérios (condições) para a qualidade dos (bons) argumentos e critérios (condições) para um bom uso dos argumentos. A ideia de boa argumentação possui assim dois conjuntos de requerimentos que tem de ser satisfeitos (LUMER, 2005a, 2005b).

Ambos os termos *input* padrão (*standard input of arguments*) e *output* padrão de um argumento (*standard output of arguments*) possuem relação com algumas características do *status* ou situação cognitiva ou epistêmica do interlocutor a qual é apresentado um dado argumento. No primeiro caso, o *input* padrão de um argumento é entendido em *termos de sua expressão linguística a um interlocutor*, e este último tem de possuir os seguintes requerimentos: *proficiência linguística*, *mente aberta*, *atenta* e ser *exigente* e ainda não ter uma *crença suficientemente justificada* na tese de um argumento (LUMER, 2005a, 2005b). Já no segundo caso, o *output* padrão de um argumento é que o interlocutor deve acreditar justificadamente que a tese do argumento é verdadeira ou aceitável (LUMER, 2005a, 2005b). A *função padrão* de um argumento pode ser então entendida como “conduzir a crenças justificadas”, ou “convencer racionalmente”. Em outras palavras, pode-se dizer que a função padrão de um argumento é conduzir racionalmente nosso interlocutor de tal modo que o mesmo creia na tese do argumento de forma (suficientemente) justificada. A função epistêmica da argumentação é então

conduzir a crenças justificadas ou aceitáveis e fornecer orientação sobre como o mundo é, bem como orientação sobre como tomar decisões com base apenas nessas crenças justificadas para que tais decisões sejam racionais. Uma AE procura desenvolver critérios para que as pessoas possam usar argumentos como uma guia para seu próprio processo de cognição (LUMER, 2005a, 2005b).

3.3 Como deve ser construída uma AE a argumentação?

Lumer tem contribuído significativamente para compreendermos a natureza de uma AE a argumentação. Isso porque o autor não oferece apenas um mapa da discussão ou do estado de arte das principais teorias epistemológicas do argumento, mas evidencia as principais características que esta *deve ter*, que tipo de teoria *deve oferecer* e ainda oferece uma análise no qual faz uma distinção entre dois tipos de abordagem epistemologicamente distintas: o que ele chama de AE *estrito senso* e AE de *sentido amplo e meramente epistêmico*. Baseando-nos nesse mapa podemos vislumbrar o que é e como deve ser uma AE. Pensamos assim porque a análise oferecida por Lumer, além de descritiva, deve ser encarada também como prescritiva epistemologicamente, no sentido que o autor quer ressaltar quais são as condições necessárias mínimas a serem atendidas para que uma teoria epistemológica possa poder ser classificada como uma AE a argumentação, e quais requisitos possuem uma abordagem estrito senso e quais possuem uma de sentido amplo (o autor faz isso em uma *issue* [3], v.25, da revista *Informal Logic*, dedicada inteiramente à discussão sobre a AE argumentação, nos artigos de 2005a, 2005b⁵). Boa parte do design o qual apresentaremos (e apresentamos até aqui) de uma AE é baseado nesses dois trabalhos de Lumer.

⁵ *The Epistemological Approach to Argumentation: a Map (2005a)*, consiste numa introdução a esse número especial sobre AE, em que Lumer faz uma introdução das principais características de uma AE em geral, explicando o que esta é, porque é melhor que outras abordagens e apresenta um mapa sistemático dos critérios em geral que qualquer AE a boa argumentação deve levar em conta. Apresenta ainda nesse artigo uma boa revisão relatando as principais contribuições dos autores aos tópicos estudados na AE. Em *The Epistemological Theory of Argument: how and why (2005b)* Lumer também caracteriza brevemente a natureza e a estrutura geral de uma teoria epistemológica do argumento. No entanto, diferente do trabalho anterior (2005a), neste o autor esboça a sua AE e a denomina de *Teoria Prática do Argumento*, apresentada em seu *Praktische Argumentationstheorie* (1990) pela primeira vez. Muito embora possamos interpretar sua teoria como uma sugestão do que é e de como deve ser uma AE, teremos o cuidado aqui de diferenciar seus comentários sobre uma AE em geral e a sua própria em específico, como ele próprio faz.

De acordo com a análise de Lumer, uma AE de sentido amplo e meramente epistêmico não usa os termos centrais, tais como *conhecimento, crença, argumento, inferência, verdade, justificação*, etc., com uma conotação epistemologicamente normativa. Apenas explora esses termos sem os relacionar com verdade e suas condições objetivas. Assim, uma teoria epistemológica da argumentação com mero sentido epistêmico apenas assume que a boa argumentação deve levar em conta a situação epistêmica do interlocutor, ou assume que a boa argumentação estimula inferências e procedimentos epistêmicos, sem fornecer orientação direta e completa ao sujeito como um guia para sua busca de verdades e de crenças aceitáveis para se orientar no mundo (LUMER, 2005a, 2005b).

Já uma AE *estricto senso* explora os termos (mencionados acima) rigorosamente com uma conotação epistemologicamente normativa, em que a ideia de conhecimento e crença justificada estão relacionados com as noções das condições (objetivas) de verdade, de tal modo que proveem as pessoas de um guia na qual a busca da verdade e de crenças aceitáveis os ajudam a se orientarem no mundo (LUMER, 2005a, 2005b).

Agora, é importante fazer notar que ambas as duas conotações de sentido amplo e *estricto senso* de uma teoria ou abordagem epistemológica do argumento possuem (e devem possuir) como base duas características (assunções):

- 1) Uma é a assunção de que a função padrão dos argumentos (e da argumentação) é (e deve ser) conduzir a pessoa, a qual é destinada um argumento, à crença justificada ou a aceitabilidade da tese. Um teórico da AE deve ter em mente uma noção ampla de *aceitabilidade* (da tese de um argumento), significando com isso o seguinte: *verdade, alta probabilidade de verdade* ou no mínimo *verossimilhança* (LUMER, 2005a, 2005b).
- 2) Outra assunção é que uma teoria epistemológica do argumento deve desenvolver critérios para que os argumentos possam cumprir sua função epistêmica de produzir crenças justificadas e aceitabilidade por parte do interlocutor, critérios esses para bons argumentos e boa argumentação (LUMER, 2005a, 2005b).

3.4 Tipos especiais de teorias epistemológicas da argumentação

Filósofos da AE têm defendido a ideia de que a avaliação de argumentos e do processo de argumentação é melhor compreendido do ponto de vista epistemológico. Uma explicação do “por que” da cogência de um argumento, por exemplo, deveria focar na explicação da natureza e na razão pela qual um argumento possui a capacidade de produzir crenças justificadas.

Goldman (2003) tem defendido uma concepção epistemológica do argumento ponderando que a solidez de um argumento se deve pelo fato deste “produzir crenças justificadas em sua conclusão por meio de crenças justificadas em suas premissas” (GOLDMAN, 2003, p.58). Uma perspectiva epistemológica sobre a argumentação deve então identificar e explicitar os fundamentos da avaliação de argumentos de um ponto de vista epistemológico: oferecendo um tratamento não só confinado a argumentação factual, mas também à argumentação prática (GOLDMAN, 2003). Goldman endossa a ideia de que a AE é particularmente fértil e que pode fornecer uma estrutura unificada para estudar muitas dimensões da argumentação, muito embora o autor ele próprio apenas analise e argumente a favor da ideia de que a *argumentação factual* é melhor entendida em terreno epistemológico. Uma AE deve fornecer respostas a questões complicadas como as que surgem na tentativa de formular relações precisas entre bom argumento e normas epistêmicas (GOLDMAN, 2003).

Lumer tem contribuído também com um programa que ele denomina de *Teoria Prática do Argumento*, consistindo numa abordagem ou teoria epistemológica (faz isso no artigo de 2005b), que trata do problema do objetivo ou finalidade primário(a) da argumentação, da ontologia dos argumentos, da função e do modo adequado de operação dos argumentos, sobre controvérsia objetividade *versus* subjetividade da argumentação, e oferece uma base para avaliação de diferentes tipos de argumentos. Lumer procura sustentar sua tese de que o objetivo principal da argumentação é a justificação de crenças, através de uma justificação de forma instrumental, isto é, fornecendo instrumentos e mostrando as vantagens dos mesmos em relação a outros instrumentos de outras abordagens. Para esse filósofo uma AE deve prover as pessoas de métodos e critérios para que estas possam chegar a crenças justificadas ou aceitáveis, no que ele procura

mostrar como a argumentação funciona de um modo convincente e racional, e como podemos usar os argumentos como uma guia para nosso processo de cognição, para nossa orientação epistêmica sobre como o mundo é e como podemos tomar decisões de forma racional.

Lumer endossa a ideia de que uma AE deve tratar a noção de argumento como conceitual e sistematicamente *primária*, isto é, o uso do termo argumento por parte de um teórico da AE deve preceder expressões como *discussão*, *argumentação*, *razão*. Além disso, endossa também a ideia de que a tarefa principal de uma AE é lidar com a noção de argumento e seu uso, bem como desenvolver critérios adequados para bons argumentos e seu uso.

Sobre ser o argumento uma noção sistematicamente primária em uma AE, Lumer entende que conceitos argumentativos tais como *razão*, *argumentação*, *discussão* devem ser definidos de acordo com o mesmo, e tal equivale a tratar seus respectivos objetos de forma, e na mesma ordem, sistemática de acordo com seu grau de complexidade: por exemplo, argumento, argumentação, discussão argumentativa, etc. Lumer pensa que se pode pensar assim por várias razões, entre elas: a de que a noção de argumento é mais primitiva que outras noções; muitas vezes usamos essa noção de forma independente a de argumentação; os argumentos são as formas ideais de justificação subjetiva; um dos usos da noção de argumento, como independente de argumentação, é investigação. Por fim, cabe observar que esse filósofo pondera que uma AE tem de construir uma visão sobre os argumentos segundo sua função epistêmica, mostrando seu papel e como se pode cumprir essa função (de acordo com critérios adequados).

Feldman (2005) também realiza uma defesa da AE respondendo a uma objeção empreendida por Huss (2005), procurando sustentar duas afirmações: que a) a AE oferece boas orientações sobre a ideia de boa argumentação e que b) as abordagens consensualistas não conseguem oferecer, com o argumento de que, uma vez que as teorias consensualistas tem como assunção o postulado segundo a qual o objetivo da argumentação é o “consenso”, isso não garantiria que o resultado de uma discussão argumentativa seja a verdade ou a plausibilidade, mas até mesmo a falsidade.

3.5 O que são e por que a argumentação deve ter critérios

As principais categorias de critérios epistemológicos para boa argumentação da discussão na AE foi mapeada e estruturada por Lumer (2005a). O referido autor destaca que a discussão tem mostrado que é difícil estabelecer critérios para a boa argumentação, uma vez que todos terminam por se tornarem ou insatisfatórios, ou que não conseguem cumprir alguns requisitos necessários e suficientes que disciplinam e orientam a boa argumentação.

Devido a essa dificuldade, Lumer desenvolveu três categorias que chamou de *critérios de adequação* (2005a, p.193-198) que os próprios critérios devem satisfazer, de um ponto de vista epistemológico, para serem bons critérios para a boa argumentação. As três condições de adequação colocadas por Lumer (2005a) podem ser encaradas como prescritivas e como “meta” critérios, não sobre a argumentação em si, mas critérios pelos quais determinariam uma forma adequada de abordar os próprios critérios/normas da argumentação em uma teoria epistemológica do argumento, bem como as categorias mais gerais de critérios que poderíamos nos dedicar a abordar. As três *condições de adequação* são as seguintes:

AQ1: Aceitabilidade (AQ1: guarantee of acceptability). Quer dizer, ao pensarmos sobre a ideia de bom argumento, ou uma boa argumentação, devemos refletir sobre a ideia de “garantir a aceitabilidade” da tese ou da conclusão, ou garantir que seu interlocutor aceite a conclusão do argumento (LUMER, 2005a, p.193-198).

AQ2: Plausibilidade (AQ2: plausibilists criterias). De modo a oferecer orientação suficiente a uma boa argumentação, esse critério permite não tornar muito estreito a atividade já que inclui argumentos com características que não se restringem a ter premissas e conclusões conhecidas de antemão como verdadeiras (epistemicamente) (LUMER, 2005a, p.193-198).

AQ3: Acessibilidade (AQ3: epistemic acessibility). Por acessibilidade deve-se entender o critério de (e para o) acesso aos argumentos. Lumer pretende destacar com isso que somente *verdade, aceitabilidade e implicação* lógica não são

suficientes para estabelecer as condições para uma boa argumentação (LUMER, 2005a, p.193-198).

Vamos agora expor apenas o nome dos critérios para termos ideia das categorias gerais de critérios que os teóricos da AE têm desenvolvido. Nenhuma explicação adicional da natureza e da sua função numa AE será oferecida. De acordo com Lumer (2005a, p.193-198), as categorias seriam:

1. *Crítérios gnósticos ou critérios epistêmicos fracos (G);*
2. *Crítérios Plausibilistas (PL);*
3. *Crítérios de Acessibilidade (PR, de *prosbatos*⁶);*
4. *Crítérios de Responsabilidade (RE).*

Nessa teorização sobre orientação epistemológica os filósofos não apenas visam desenvolver critérios padrões (objetivos e/ou subjetivos) para crenças aceitáveis, mas também padrões para crenças justificadas. Isto é, os teóricos entendem que a meta de oferecer orientação epistemológica implica um estudo sobre a natureza e a função do processo de aceitação de crenças por parte de outras pessoas o qual podemos estar dialogando; o que acrescenta outro elemento a esse processo de argumentação o qual os teóricos chamam de *justificação subjetiva*⁷ de crenças (VAN EEMEREN 2014; LUMER, 2005a, 2005b).

De acordo com os filósofos da AE, a ideia de normatividade é o que explica a qualidade (a força, solidez e cogência) dos argumentos: a qualidade de um argumento depende da normatividade epistêmica que o subjaz. Assim, a qualidade de um argumento deve ser entendida por meio de sua força epistêmica, e esta noção é um assunto de investigação epistemológica. Um argumento é bom na medida em que fornece boas

⁶ No original usa-se *prosbatic criteria*, que é baseado no grego *prosbatos*, que significa acessível.

⁷ Justificação subjetiva é a ideia de que: 1) uma pessoa acredita na verdade de uma crença ou tese (de outra pessoa) por ela própria checar se alguns dos critérios de aceitabilidade para essa crença são cumpridos, processo esse de conhecer (ou de *cognição*) dessa crença ou tese; e 2) a ideia de que esse processo consiste em lembrar do núcleo da gênese dessa crença, seja através da lembrança de qual premissa a conclusão foi inferida, ou se a conclusão é justificada adequadamente com dadas razões. Em outras palavras, é um processo subjetivo de revisão de crenças o qual poderia conduzir a mais verdades. Vale notar que conhecer (*cognize*) significa o processo pelo qual crenças justificadas são adquiridas (LUMER, 2005a, 2005b).

razões para que possamos aceitar sua conclusão, em que estas razões, se avaliadas de modo imparcial e honesto por qualquer pessoa, permite formar seu julgamento de forma que devemos aceitar a conclusão (SIEGEL, 1999). As normas epistêmicas, se formuladas de forma clara e explícita, não só auxiliam o argumentador na apresentação de um argumento orientando-o a desenvolver um bom argumento, mas ajudam também aquele que faz o julgamento do argumento para saber se pode aceitar sua conclusão dada as razões apresentadas.

Goldman (2003) também tem sugerido que os epistemólogos da argumentação devem refletir sobre o conjunto de orientações/critérios (e condições) epistêmicos(as) adequados para a formação de crenças justificadas⁸: consistindo isso em estabelecer regras que especificam as crenças que um agente, em suas tarefas cognitivas, pode estar *epistemicamente autorizado* a adotar, o que significa que a qualidade epistêmica das razões permitem racionalmente que o agente em questão possa ter as crenças que tem. Goldman (2003) define bom argumento, e logo boa argumentação, como um argumento tal que transmite a justificação desde suas premissas até a conclusão; o argumento possui uma capacidade de justificar sua conclusão por meio de razões também justificadas, ou produzir crenças justificadas, a conclusão, por meio de outras crenças justificadas, as premissas. Assim, as regras ou orientações de cunho epistemológico seriam regras sobre a natureza e função da justificação, regras sobre o que uma pessoa pode estar justificada em acreditar: se a crença está justificada com boas razões, então, do ponto de vista epistêmico é adequado a adotar essa crença; se se pode acreditar em todas as premissas de um bom argumento, então se pode também acreditar na conclusão desse argumento (GOLDMAN, 2003).

4 Por que ser defensor de uma AE?

Os filósofos que tem avançado a AE têm sustentado que este modo de tratar do problema da função e do objetivo padrão da argumentação é capaz de obter mais sucesso do que suas alternativas, e não apenas de um ponto de vista epistemológico/epistêmico (o

⁸ A denominação original de Goldman (2003) é *good argument and the normative guidance of belief*, sendo uma opção de tradução dessa expressão poderia ser *boa argumentação e um guia normativo para formação de crenças*.

que parece trivial). Será isso verdade? Com base em que argumentos poderíamos ser levados a considerar como plausível uma abordagem epistemológica à argumentação? Uma forma de se enveredar numa resposta positiva a estas questões seria examinar algumas avaliações críticas que os filósofos da AE tem oferecido, e algumas das quais são as seguintes.

As críticas já começam pela tese ou assunção da AR e da AC. A tese da AR é sujeita à crítica de que pode conduzir a falsidades, uma vez que sua assunção é a de que a função da argumentação é a persuasão da audiência e tem como objetivo obter o convencimento, e não a verdade ou o conhecimento. Como o objetivo designado pela função da argumentação não é epistêmico, alguém que se pretenda a seguir os parâmetros estipulados pela AR é passível de conduzir a si mesmo, ou numa discussão com outras pessoas, às crenças falsas sobre como o mundo é; e mesmo a uma deliberação ruim, já que nossas decisões poderiam ser baseadas em crenças falsas (LUMER, 2005a, 2005b).

A tese da AC é desafiada com o argumento de que pode conduzir aos mesmos problemas que a AR, já que o objetivo da argumentação é o consenso e a função da argumentação é dirimir uma diferença de opinião de modo a que cheguemos a compartilhar as mesmas crenças. Novamente, como o objetivo não é epistêmico, não pode auxiliar alguém em termos de orientação sobre como o mundo é e como deliberar em momentos de decisões, se o consenso a que se pode chegar for falso. Parece que filósofos da AC não conseguem conceder que a verdade de uma crença não depende de a mesma ser compartilhada por várias pessoas ou de alguém compartilhar a mesma crença com outra pessoa. Mesmo que a atividade que objetiva o consenso seja regulada por regras que são conjuntamente aceitas entres os pares, porque tais regras não são baseadas em critérios objetivos para a verdade e aceitabilidade tal não garantiria a verdade de uma crença, pois para uma crença ser verdadeira é necessário esta satisfazer a certas condições objetivas da verdade (LUMER, 2005a, 2005b). De acordo com Lumer (2005a, 2005b), é muito mais provável que a proporção de verdade ou alta probabilidade de verdade seja fornecida por uma AE do que pelas suas concorrentes, dado que falta à AC e AR uma ligação direta com os padrões objetivos de condições de verdade nos quais estão assentados os princípios epistemológicos.

Mesmo que ambas as AC e AR utilizem expressões tais como *convencer uma*

audiência universal ou *consenso universal* como critérios para determinar as condições de verdade ou para especiais tipos de critérios para a qualidade da argumentação, ainda faltaria uma conexão direta dessas expressões com definições e critérios substanciais de verdade: porque não teria nada a vincular diretamente tais expressões com as condições objetivas que explicariam como é o mundo. Outro ponto contra é que é impossível uma forma de consenso universal, e mesmo que fosse possível uma abordagem assentada numa teoria consensual da verdade não conseguiria explicá-lo, pois implicaria a estabelecer e a conceder espaço para critérios aléticos e epistemológicos, isto é, critérios independentes da ideia de consenso (LUMER, 2005a, 2005b).

A LI/PC/TA hoje participa de um programa integrado multidisciplinar que estuda os vários aspectos do fenômeno da argumentação, especialmente na Psicologia do Raciocínio, da Inferência, da Decisão, e a Epistemologia Pessoal (*Personal Epistemology*, que também é uma área de investigação da psicologia). Evidências empíricas desde sempre auxiliaram os filósofos em seu trabalho. Neste trabalho, as evidências da psicologia têm um papel significativo na medida em que nos ajudam a pensar sobre o fenômeno da argumentação em seu contexto real: nos mostrando quando um critério para boa argumentação é exigente ou pobre demais, ou o que é suficiente e necessário para boa argumentação real.

Há um grupo de psicólogos que tem mostrado e argumentado que pessoas se envolvem na argumentação com objetivos epistêmicos. Weinstock (2006), por exemplo, procurou entender se a ênfase da normatividade epistemológica da AE corresponde às descobertas psicológicas. Resultados dessas pesquisas sugerem que seres humanos tem uma compreensão da natureza do conhecimento e que seguem certas orientações epistemológicas que estão subjacente à forma pela qual argumentam: possuem o que pode ser chamado de *abordagem epistemológica pessoal* quando se envolvem na atividade da argumentação, muito embora nem sempre estejam conscientes disso, mas o ponto é que se envolvem na atividade da argumentação com o objetivo de satisfazer certos padrões de justificação e de condições de verdade (WEINSTOCK, 2006). A pesquisa empírica tem confirmado também a noção de que o conhecimento dos requisitos básicos da justificação está relacionado com a argumentação bem qualificada, pois psicólogos tem identificado três níveis da boa argumentação (*absolutist, multiplist,*

*evaluativist*⁹), em que os níveis mais altos correspondem aos requisitos que se tem discutido e estabelecido na AE (*evaluativist*) (WEINSTOCK, 2006).

5 Considerações finais

Cabe agora algumas considerações para fecharmos nossa discussão, com o que este trabalho pode ter contribuído. Uma primeira observação é referente a análise que oferecemos com o fim de esclarecer o problema filosófico da função e do propósito da argumentação: como podemos pensar sobre o mesmo a partir de alguns dos elementos básicos envolvidos para se pensar esse problema. Filósofos da AE e outros teóricos da lógica informal e da argumentação em alguns de seus escritos muitas vezes assumem suas posições referente a este problema sem formulá-lo explicitamente para o leitor, sendo que essa é umas das tarefas da filosofia, e a utilidade é para se saber o que está em jogo no campo dessas discussões filosóficas. Outra contribuição é a introdução, pelo menos na discussão do problema anteriormente mencionado, do termo função epistêmica e objetivo epistêmico da argumentação, que é o que está em jogo em boa parte da teorização dos filósofos da AE, cuja exploração e desenvolvimento ainda não está bem consolidada e completa na literatura sobre epistemologia da argumentação (vide abordagem epistemológica a argumentação). Outro ponto é referente a contribuição de Lumer sobre as condições de adequação da teorização sobre o conjunto de categorias de normatividade que uma AE tem que dar conta, muito embora apenas explorada aqui de forma superficial, breve e incompleta: a ideia por trás disso é que podem ser encaradas como prescritivas e como “meta” critérios, não sobre a argumentação em si, mas critérios pelos quais determinariam uma forma adequada de abordar os próprios critérios/normas da argumentação.

6 Referências

BATTERSBY M. Critical Thinking as Applied Epistemology: Relocating Critical Thinking in the Philosophical Landscape. *Informal Logic*, v. 11, n.2, p. 91-100, 1989.

⁹ A descrição desses níveis pode ser encontrada no artigo de Weinstock (2006), na tabela 2 cuja definição é *Aspectos das Dimensões da Justificação do Conhecimento de acordo com Níveis Epistemológicos (Aspects of the Dimension of Knowledge Justification by Epistemological Level, p.109)*.

- BIRO, J. An argument is an argument is an argument. IN: *International Symposium Argumentation and Philosophy: Different Issues or Productive Tensions?* Instituto de Investigaciones Filosóficas, Universidad Autónoma de México, September 2009.
- BIRO, J.; SIEGEL, H.. In Defense of the Objective Epistemic Approach to Argumentation. *Informal Logic*. v.26, n.1, p. 91-101, 2006a.
- _____. Pragma-dialectic versus epistemic theories of arguing and arguments: Rivals or partners? IN: HOUTLOSSER, P.; VAN REES, A. (eds.). *Considering pragma-dialectics: A festschrift for Frans H. van Eemeren on the occasion of his 60th birthday*. Mahwah, NJ: Erlbaum, p. 1-10, 2006b.
- BIRO, John; SIEGEL, Harvey. Normativity, Argumentation and an Epistemic Theory of Fallacies. In: VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R.; BLAIR J. A.; WILLARD, C. A., (eds). *Argumentation: Across the Lines of Discipline*. Dordrecht: Foris, p. 189-199, 1991.
- FELDMAN, R. Good Arguments. IN: Schmitt, F. (ed). *Socializing Epistemology: The Social Dimensions of Knowledge*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, p. 159-199, 1994.
- _____. Useful Advice and Good Arguments. *Informal Logic*, v. 25, n.3, p. 277-287, 2005.
- FREEMAN, J B. Premise Acceptability, Deontology, Internalism, Justification. *Informal Logic*. v. 17, n.2, p. 270-278, 1995.
- _____. *Acceptable Premises: An Epistemic Approach to an Informal Logic Problem*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- GOLDMAN, A. I. An Epistemological Approach to Argumentation. *Informal Logic*. v. 23, n.1, 2003, p. 51-63.
- _____. Argumentation and Interpersonal Justification. *Argumentation*. v.11, n. 2, p.155–164, 1997.
- _____. Argumentation and Social Epistemology. *Journal of Philosophy*, v.91, n.1, p.27-49, 1994.
- _____. *Epistemology and Cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1984.
- HAMBLIN, C.. *Fallacies*. London: The Chaucer Press, 1970.
- HUSS, B. Useful Argumentation: A Critique of the Epistemological Approach. *Informal Logic*. v. 25, n.3, p.261-275, 2005.
- LUMER, C.. *Praktische Argumentationstheorie. Theoretische Grundlagen, praktische Begründung und Regeln wichtiger Argumentationsarten*. Braunschweig: Vieweg, 1990.
- _____. Structure and function of argumentations: An epistemological approach to determining criteria for the validity and adequacy of argumentations. In: VAN EEMEREN, F. H.; GROOTENDORST, R.; BLAIR, J. A.; WILLARD, C. A. (orgs.). *Proceedings of the Second International Conference on Argumentation: International Society for the Study of Argumentation (ISSA) at the University of Amsterdam*, June 19-22, 1990. Amsterdam: Sicsat, p. 98-107, 1991.
- _____. The Epistemological Approach to Argumentation: A Map. *Informal Logic*, v. 25, n.3, p. 189-212, 2005a.

- _____. The Epistemological Theory of Argument: How and Why. *Informal Logic*, v. 25, n. 3, p. 213-243, 2005b.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L.. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PINTO, R. *Argument, Inference and Dialectic*. Dordrecht: Kluwer, 2001.
- SANTIBÁÑEZ, C. 2012. Teoría de la Argumentación como Epistemología Aplicada. *Cinta moebio*, n. 43, p. 24-39. Acessado em: 11 de setembro de 2014. Disponível em: www.moebio.uchile.cl/43/santibanez.html.
- SIEGEL, H; BIRO J. Rationality, Reasonableness, and Critical Rationalism: Problems with the Pragma-dialectical View. *Argumentation*, v.22, n.1, p. 191-203, 2008.
- _____. Epistemic normativity, argumentation, and fallacies. *Argumentation*, v.11, n.1, p. 277-292, 1997.
- _____. The Pragma-Dialectician's Dilemma: Reply to Garssen and van Laar. *Informal Logic*. v.30, n.4, p. 457-480, 2010.
- SIEGEL, H. Argument Quality and Cultural Difference. *Argumentation*, v.13, n.2, p.183-201, 1999.
- _____. *Relativism Refuted*. Dordrecht, Holland: D. Reidel, 1987.
- VAN EEMEREN, F. H.; (et al.). *Handbook of Argumentation Theory*. Dordrecht: Springer, 2014.
- _____. *A Systematic Theory of Argumentation. The pragma-dialectical approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- WEINSTEIN, M. Informal Logic and Applied Epistemology. In: JOHNSON, R.H., and BLAIR, J.A. (orgs.). *New Essays in Informal Logic*. Windsor, Canada: Informal Logic, 1994.
- _____. Towards a Research Agenda for Informal Logic and Critical Thinking. *Informal Logic*, v.12, n.3, 1990.
- WEINSTOCK, M. P. Psychological Research and the Epistemological Approach to Argumentation. *Informal Logic*. v. 26, n. 1, p. 103-120, 2006.